

QUALIDADE DA GOVERNANÇA CORPORATIVA, HONORÁRIOS DE AUDITORIA E NÃO-AUDITORIA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO DO ÍNDICE DE AÇÕES COM GOVERNANÇA CORPORATIVA DIFERENCIADA (IGCX)¹

QUALITY OF CORPORATE GOVERNANCE, AUDIT FEES AND NON-AUDIT FEES OF BRAZILIAN COMPANIES PUBLICLY TRADED SPECIAL CORPORATE GOVERNANCE STOCK INDEX (IGCX)

CALIDAD DE GOBIERNO CORPORATIVO, HONORARIOS DE AUDITORÍA Y NO AUDITORÍA FESS DE EMPRESAS BRASILEÑAS QUE COTIZAN EN BOLSA DE GOBIERNO CORPORATIVO ESPECIAL ÍNDICE DE ACCIONES (IGCX)

Itzhak David Simão Kaveski, Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço Profissional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal: Avenida Rio Branco, 1.270, Sala H 221, Bairro Universitário, Corumbá, MS – Brasil, CEP 79304-020. Telefone: (67) 3234-6845. E-mail: itzhak.kaveski@ufms.br

Larissa Degenhart, Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Endereço Profissional: Universidade Regional de Blumenau (FURB), Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder, Blumenau, SC – Brasil, CEP 89012-900. Telefone: (47) 3321 0565. E-mail: lari_ipo@hotmail.com

Marta Souza Fernandes, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Endereço Profissional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal: Avenida Rio Branco, 1.270, FUC1 - 1115, Bairro Universitário, Corumbá, MS – Brasil, CEP 79304-020. Telefone: (67) 3234-6861/6884 E-mail: ms.fernandes80@gmail.com

Luiz Fernando Cândido de Faria, Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Endereço Profissional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal: Avenida Rio Branco, 1.270, Bairro Universitário, Corumbá, MS – Brasil, CEP 79304-020. E-mail: luiz.contabilidade@yahoo.com.br

Marcos Moreira Manuel Junior, Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Endereço Profissional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal: Avenida Rio Branco, 1.270, Bairro Universitário, Corumbá, MS – Brasil, CEP 79304-020. E-mail: marcos_moreiramanuel@hotmail.com

¹ Artigo submetido em 20/11/2014, revisado em 22/02/2015, aceito em 02/04/2016 e divulgado em 30/06/2016 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

RESUMO

Este estudo objetivou examinar a influência dos mecanismos de Governança Corporativa nos gastos com honorários de auditoria e não-auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa. A população de pesquisa é composta por 185 empresas brasileiras pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) e a amostra compreendeu 88 empresas que apresentaram todas variáveis necessárias para análise dos dados. Para o tratamento dos dados utilizou-se o teste estatístico regressão de dados em painel. Os honorários de auditoria e de não-auditoria foram utilizados de três formas, o gasto total, logaritmo natural e a relação com o ativo total. Foram utilizados seis mecanismos de Governança Corporativa, conselho de administração, membros independentes, dualidade do diretor, presença de comitê de auditoria, tamanho do comitê de auditoria e reputação da empresa de auditoria independente. Os resultados indicam que dentre os mecanismos de Governança Corporativa, apenas o tamanho do comitê de auditoria e a reputação da empresa de auditoria independente, ou seja, se a empresa auditora é *Big Four* ou não, influencia nos gastos com honorários de auditoria. Já para os honorários de não auditoria necessita-se de mais estudos, pois o coeficiente de determinação foi extremamente baixo.

Palavras-chave: Honorários de Auditoria; Honorários de Não-Auditoria; Governança Corporativa.

ABSTRACT

*This study aimed to examine the influence of the mechanisms of Corporate Governance in audit fees and non-audit fees of Brazilian public companies belonging to the Special Corporate Governance Stock Index (IGCX) of BM&FBovespa. The population of survey consists of 185 Brazilian companies belonging to the Stock Index with Differentiated Corporate Governance (IGCX) and the sample included 88 companies that presented all variables needed for data analysis. For the treatment of the data we used the statistical test regression panel data. The audit and non-audit fees were used in three ways, the total expense, natural logarithm and the relation to total assets. Six mechanisms of Corporate Governance were used, board of directors, independent directors, director of duality, the presence of the audit committee, the audit committee of the size and reputation of the independent accounting firm. The results indicate that among the corporate governance mechanisms, only the size of the audit committee and the reputation of the independent audit company, namely the auditing company is *BIG4* or not, influence spending on audit fees. As for non-audit fees need to further study because the coefficient of determination was extremely low.*

Key-words: *Audit Fees; Non-Audit Fees; Corporate Governance.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo examinar la influencia de los mecanismos de gobierno corporativo en los honorarios de auditoría y los honorarios no son de auditoría de las empresas públicas brasileñas pertenecientes al Gobierno Corporativo Especial Índice de Acciones (IGCX) de BM&FBovespa. La población de estudio consta de 185 empresas brasileñas pertenecientes al índice bursátil con Diferenciada Gobierno Corporativo (IGCX) y la muestra incluyó 88 empresas que presentaron todas las variables necesarias para el

análisis de datos. Para el tratamiento de los datos se utilizaron los datos estadísticos de regresión de panel de prueba. Los honorarios de auditoría y distintos de la auditoría se utilizaron en tres formas, el gasto total, el logaritmo natural y la relación con los activos totales. Se utilizaron seis mecanismos de Gobierno Corporativo, consejo de administración, directores independientes, el director de la dualidad, la presencia del comité de auditoría, el comité de auditoría del tamaño y la reputación de la empresa de contabilidad independiente. Los resultados indican que entre los mecanismos de gobierno corporativo, sólo el tamaño del comité de auditoría y la reputación de la empresa de auditoría independiente, a saber, la empresa auditora es BIG4 o no, el gasto influencia sobre los honorarios de auditoría. En cuanto a no-auditoría honorarios necesitan estudiar más porque el coeficiente de determinación fue extremadamente baja.

Palabras-clave: *Honorarios de Auditoría, Honorarios no Auditoría, Gobierno Corporativo.*

1 INTRODUÇÃO

A partir do momento em que as crises abalaram a confiança das informações evidenciadas pelas empresas, a sociedade e o governo passaram a repensar os mecanismos utilizados para a divulgação dessas informações e dos procedimentos adotados que possibilitam maior confiabilidade. Deste modo, o cenário demandava por reflexões e redefinições do papel dos auditores independentes na conjuntura da economia mundial (ROSA et al., 2014). Para tanto, reformas na Governança Corporativa referente à eficácia dos conselhos e comitês de auditoria, destinam-se a melhorar a qualidade das informações financeiras e de auditoria (BEASLEY et al., 2009).

Nesse sentido, comitês de auditoria eficazes, proporcionam maior transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras, reduz o risco de o auditor produzir um parecer incorreto e, além disso, passam a proteger a independência dos auditores. Assim, as reformas na Governança Corporativa não apresentam somente implicações para com a qualidade da auditoria, mas também sobre os honorários de auditoria e não auditoria (TURLEY; ZAMAN, 2004).

No entanto, o problema enfrentado pelos auditores em um mercado competitivo é o de estabelecer um honorário justo para os serviços prestados, pois devem cobrir os custos a serem obtidos com o trabalho que lhe foi conferido (JARAMILLO; BENAÛ; GRIMA, 2012). Villiers, Hay e Zhang (2013) salientam que os honorários e a competitividade dos serviços de auditoria têm sido motivos de preocupação para os órgãos reguladores, pesquisadores e profissionais da área.

Devido ao comprometimento da reputação dos auditores, as empresas que possuem comitês de auditoria de alta qualidade são mais propensas de assumir as suas responsabilidades e monitorar o processo de auditoria externa de forma mais eficaz, do que empresas com comitês de baixa qualidade. Assim, os honorários de auditoria são susceptíveis de aumentar em função de um escopo mais amplo de auditoria, visando assegurar a qualidade, juntamente com a Governança Corporativa. Por outro lado, empresas com comitês de auditoria de alta qualidade, auxiliam a aumentar a independência do auditor e fortalecer o controle interno, mas pagam honorários de não auditoria menores (ZAMAN; HUDAIB; HANIFFA, 2011). Calderon, Wang e Klenotic (2012) destacam que os honorários de auditoria são motivados por fatores de riscos históricos e riscos encontrados no período corrente do trabalho a ser realizado.

Frente a este contexto, foram desenvolvidas pesquisas com o intuito de analisar a relação dos mecanismos de Governança Corporativa com os honorários de auditoria e não auditoria, como é o caso dos estudos de Carcello et al. (2002), Larcker e Richardson (2004), Boo e Sharma (2008), Griffin, Lont e Sun (2008), Zaman, Hudaib e Haniffa (2011), Hallak e Silva (2012) e Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013). Entretanto, nenhum destes estudos analisou as empresas brasileiras pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), vislumbrando assim, uma lacuna de pesquisa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Diante do exposto, apresenta-se o problema desta pesquisa: Quais mecanismos de Governança Corporativa influenciam nos gastos com honorários de auditoria e não auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX)? Com o intuito de responder à questão apresentada, o objetivo deste estudo é examinar a influência dos mecanismos de Governança Corporativa nos gastos honorários de auditoria e não auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa.

Optou-se em analisar empresas do índice IGCX da BM&FBovespa, visto que tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira composta por ações de empresas que possuem bons níveis de Governança Corporativa. Estas empresas necessitam ser negociadas no Novo Mercado ou estarem classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBovespa (BM&FBovespa, 2015). Além disso, as empresas listadas nesse índice possuem mecanismos de governança corporativa mais desenvolvidos, fornecem mais informações para as partes interessadas sobre os gastos com auditorias, por meio do Formulário de Referência, podendo dessa forma identificar melhor os mecanismos que influenciam os gastos com honorários de auditoria e não auditoria auferidos por essas empresas.

Esta pesquisa justifica-se, conforme Villiers, Hay e Zhang (2013), pois o comportamento dos honorários de auditoria ao longo do tempo é um tema pouco compreendido e a análise dos honorários pode melhorar a compreensão do mercado de auditoria. Justifica-se ainda, pelo impacto que a Governança Corporativa auferi sobre os honorários de auditoria e não auditoria, visto que a governança é considerada um dos fatores críticos do sistema de controle interno e que busca reduzir os problemas de custos de agência das empresas e a assimetria informacional (KIM; KIM, 2013).

A relevância do estudo pauta-se nos argumentos de Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013), que destacam que o serviço prestado pela auditoria independente é fundamental para uma maior transparência e confiabilidade dos relatórios financeiros das empresas. Além disso, as ameaças à independência, à qualidade da auditoria desenvolvida, aos honorários cobrados e à relação destes fatores com os mecanismos de Governança Corporativa são temas explorados nacionalmente e no contexto internacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Dentre os diversos instrumentos de controle que a Lei das S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) adotaram para a proteção das partes envolvidas nas empresas, tem-se também a auditoria externa, que é responsável por examinar e fiscalizar as demonstrações financeiras, com o intuito de emitir opinião frente a veracidade das informações (ROSA et al., 2014). Em relação aos honorários de auditoria, a instrução CVM nº 480 tornou obrigatória a divulgação desses valores

referentes os serviços de auditoria, bem como serviços extras de não auditoria (BORTOLON; SARLO NETO; SANTOS, 2013).

Para tanto, a Governança Corporativa fornece orientações e recomendações relacionadas ao conselho de administração e comitês de auditoria, que se destinam a melhorar a qualidade dos relatórios financeiros e de auditoria externa. No entanto, novas regras de Governança Corporativa foram adotadas pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX) do ano de 2002, pois exige que o comitê de auditoria seja totalmente independente. Além disso, divulgou procedimentos sobre a auditoria interna e externa (ZAMAN; HUDAIB; HANIFFA, 2011).

Para Shleifer e Vishny (1997), a Governança Corporativa refere-se aos meios utilizados pelas empresas para que os investidores tenham segurança de que receberão o retorno de seus investimentos. Esse retorno, de acordo com Silveira, Barros e Famá (2003), é conseguido por meio de um conjunto de mecanismos, no qual se inclui o conselho de administração, sendo este um dos principais mecanismos que visa o alinhamento dos interesses entre os acionistas e gestores no sistema de Governança Corporativa. Assim, empresas que apresentam boas práticas de Governança Corporativa estão preocupadas em oferecer maior transparência e precisão nas informações divulgadas as partes interessadas e deste modo, contratam serviços de auditoria de maior qualidade, o que eleva os honorários de auditoria (HALLAK; SILVA, 2012).

Nesse sentido, o cenário de conflito entre maximizar o valor da empresa, com o interesse de propriedade e controle profissional, elevar os ganhos de carreira e de remuneração, levou ao estudo da Teoria da Agência. Esta teoria tem contribuído para evidenciar os meios mais favoráveis que possibilitam reduzir os conflitos entre principal e agente (ROSA et al., 2014). Conforme Jensen e Meckling (1976), o relacionamento de agência funciona como um contrato em que o principal convida o agente para desempenhar alguma tarefa em seu favor, envolvendo assim, delegação de autoridade para tomada de decisão por parte do agente.

Assim, a Teoria da Agência identifica os problemas resultantes do fato dos investidores não estarem diretamente ligados a administração das empresas (JENSEN; MECKLING, 1976). Para tanto, uma das questões que surgem é a assimetria informacional entre o investidor e gestão da empresa, que pode ser minimizada por meio de uma maior transparência. Essa é considerada um dos princípios básicos da Governança Corporativa (IBGC, 2009).

Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) destacam que entre os mecanismos que buscam aumentar a transparência na relação de gestão e investidor, está a auditoria independente, visto que sua finalidade é avaliar as demonstrações financeiras. Deste modo, para a realização dos trabalhos de auditoria, o conselho de administração e comitês de auditoria estabelecem o plano de trabalho a ser executado e os devidos honorários de auditoria e não auditoria (IBGC, 2009).

De acordo com Larcker e Richardson (2004), a importância do papel de acompanhamento possibilitado pelo auditor varia conforme a força da estrutura de Governança Corporativa do cliente. Diante disso, a governança apresenta importante papel no que tange o auditor e cliente. Em função da complexidade dos serviços de auditoria aumentar, o auditor necessita gastar mais horas em seu trabalho e possuir níveis mais elevados de especialização, resultando em honorários de auditoria mais altos (BOO; SHARMA, 2008).

Nesse contexto, a eficácia dos comitês de auditoria e seu impacto sobre os honorários de auditoria e não auditoria é um tema que não é bem compreendido, visto que uma das dificuldades é de que existem diferenças entre os comitês de auditoria que podem resultar em

aumentos ou diminuições dos honorários. Destaca-se que, se o comitê tem por objetivo melhorar a qualidade da auditoria, isso resultaria em honorários que seriam mais elevados e, caso o objetivo seja aumentar o controle interno, o impacto seria de redução dos honorários de auditoria (ZAMAN; HUDAIB; HANIFFA, 2011).

Deste modo, melhores práticas de Governança Corporativa podem afetar positivamente os custos de auditoria e não auditoria, na medida em que demandam de análises mais complexas. No entanto, podem afetar também de forma negativa, se representar reduções no risco da auditoria externa, diminuindo os custos do serviço (BORTOLON; SARLO NETO; SANTOS, 2013).

Griffin, Lont e Sun (2008) destacam que os honorários de auditoria e a qualidade da auditoria e Governança Corporativa refletem relações de compensação. Uns aumentos dos honorários em função de mudanças exógenas na responsabilidade dos auditores requerem maior procedimentos de auditoria e outros mecanismos com vistas a alcançar uma melhor governação e redução dos honorários.

Para tanto, têm sido recorrentes as pesquisas que discutem a Governança Corporativa e os honorários pagos aos auditores. Este artigo estende a pesquisa prévia sobre a relação entre a qualidade da governança e a remuneração dos auditores. Diante desta problemática, diversos estudos foram desenvolvidos com vistas a sustentar a relação entre as variáveis de governança corporativa e os honorários de auditoria e não auditoria.

O estudo de Carcello et al. (2002) documentou uma relação positiva entre os honorários de auditoria e características da Governança Corporativa, concluindo que os conselhos mais fortes contratam mais serviços de auditoria, o que resulta no aumento dos honorários. Larcker e Richardson (2004) encontraram evidências de uma relação negativa entre o nível de honorários tanto de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores para nas empresas que possuem falhas na Governança Corporativa.

A pesquisa desenvolvida por Boo e Sharma (2008) não encontrou nenhuma associação significativa entre as variáveis de Governança Corporativa e os honorários de auditoria de empresas financeiras. Este resultado sugere que os agentes de governança não exigem garantia adicional do auditor. Também observaram uma associação negativa entre a independência do comitê de auditoria e os honorários. Uma razão plausível para a falta geral de associação entre as características de Governança Corporativa e os honorários de auditoria é a substituição parcial da supervisão regulatória pela supervisão de governança interna. Já Griffin, Lont e Sun (2008) encontraram uma relação positiva entre a Governança Corporativa e os honorários de auditoria.

A relação entre o mecanismo de governança corporativa (departamento de auditoria interna) e os honorários de auditoria foi pesquisado pelos autores Ho e Hutchinson (2010) no cenário de Hong Kong. Os resultados sugerem que existe sim uma relação entre essas variáveis, isto é, quanto maior for o esforço da auditoria interna, menores serão os honorários de auditoria externa.

Os resultados do estudo de Zaman, Hudaib e Haniffa (2011) demonstraram uma associação positiva e significativa entre o comitê de auditoria e os honorários de auditoria e honorários de não auditoria, apenas para empresas maiores. Este resultado indica que os comitês de auditoria eficazes realizam um acompanhamento maior o que resulta em maiores honorários de auditoria. Isto sugere que os clientes maiores são mais propensos a adquirir serviços de não auditoria, mesmo na presença dos comitês de auditoria eficazes, devido à complexidade das suas atividades.

Os achados de Hallak e Silva (2012) indicam que os honorários de auditoria estão positivamente relacionados com o tamanho da empresa, qualidade da Governança Corporativa e com o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four*. Por fim, o estudo de Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) encontrou resultados que apontaram para uma relação negativa entre a Governança Corporativa e os honorários de auditoria. Diante dos estudos apresentados, Kim e Kim (2013) ressaltam que as empresas que trabalham com excelente Governança Corporativa pagam valores mais elevados de honorários de auditoria.

Portanto, espera-se que boas práticas de governança corporativa resultem em honorários de auditoria mais baixos no cenário brasileiro. Luca et al. (2010) ressaltam que a independência dos auditores figura entre as melhores práticas de governança corporativa, sendo condição essencial para a manutenção ou elevação do nível de qualidade dos serviços de auditoria prestados, o que afeta os honorários de auditoria.

3 METODOLOGIA

O presente estudo descritivo foi realizado por meio de pesquisa documental, com abordagem quantitativa do problema. A característica descritiva decorre do fato de que o estudo tem como finalidade examinar a influência dos mecanismos de Governança Corporativa nos honorários de auditoria e não-auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa. Segundo Vergara (2000, p. 47), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa documental. Conforme proposto por Gil (2011), neste tipo de pesquisa utiliza-se dados que não obtiveram um tratamento mais robusto. Estas podem ser feitas no momento em que os fatos forem extraídos das demonstrações financeiras das empresas no sítio da BM&FBovespa e na base de dados da *Thomson One Banker*, no período de 2010 a 2013. A escolha pelo ano de 2010 como ano base do estudo deve-se ao fato de que as empresas se tornaram obrigadas a divulgar o Formulário de Referência, contendo as informações dos honorários de auditoria e de Governança Corporativa.

A abordagem é quantitativa, pois “[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 70). Neste estudo, foi utilizada a regressão de dados em painel.

A população da pesquisa é composta pelas organizações pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa, perfazendo um total de 185 companhias. Em decorrência dos períodos analisados, a amostra da pesquisa compreendeu 88 empresas, que foram as que apresentaram todas variáveis necessárias para análise, compreendendo um total de 352 observações. As variáveis dependentes, explicativas e de controle utilizadas nesta pesquisa são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no estudo

Dados	Variável	Proxy
Dependentes	Honorários de Auditoria	Gasto total com honorários de auditoria externa.
	Honorários de Não-Auditoria	Gasto total com honorários de não-auditoria.
	LN Honorários de Auditoria	Logaritmo Natural dos gastos com honorários de auditoria externa.
	LN Honorários de Não-Auditoria	Logaritmo Natural dos honorários de não-auditoria.
	Honorários de Auditoria/Ativo Total	$\frac{\text{Honorários de Auditoria}}{\text{Ativo Total}}$
	Honorários de Não-Auditoria/Ativo Total	$\frac{\text{Honorários de Não-Auditoria}}{\text{Ativo Total}}$
Explicativas	Conselho de Administração	Número total de membros do conselho de administração.
	Membros Independentes	$\frac{\text{Número total de membros independentes}}{\text{Número total de membros do conselho de administração}}$
	Dualidade do Diretor	Variável <i>dummy</i> . Atribui-se 1 à empresa em que o cargo de CEO e presidência do conselho são exercidos por pessoas diferentes e 0 caso contrário.
	Presença de Comitê de Auditoria	Variável <i>dummy</i> . Atribui-se 1 à empresa que possui comitê de auditoria e 0 àquela que não possui.
	Tamanho do Comitê de Auditoria	Quantidade de membros do comitê de auditoria
Controle	Reputação da empresa de auditoria independente.	Variável <i>dummy</i> . Atribui-se 1 à empresa cuja auditoria independente é <i>Big four</i> e 0 caso não seja.
	Tamanho	Logaritmo natural do ativo total
	Rentabilidade	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}$
	Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}$

Fonte: Dados da pesquisa

Para examinar a influência dos mecanismos de Governança Corporativa nos honorários de auditoria e não-auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa, foram realizadas as análises descritiva e regressão de dados em painel através do *software* estatístico STATA.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, para análise dos dados, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis utilizadas na pesquisa. Os resultados da estatística descritiva para as variáveis dependentes são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis dependentes

Questão	Ano	Máximo	Mínimo	Média	Desvio-padrão
Honorários de Auditoria	2010	8.293.000,000	77.398,750	1.459.395,575	1.817.961,829
	2011	63.499.998,000	28.800,000	2.717.855,635	8.379.524,303
	2012	10.743.000,000	14.800,000	1.801.691,025	2.549.345,888
	2013	7.436.000,000	206.851,000	1.699.181,481	1.919.317,086
Honorários de Não-Auditoria	2010	2.009.000,000	0,000	312.242,253	412.970,927
	2011	63.499.998,000	0,000	1.369.051,793	8.309.159,701
	2012	3.020.000,000	0,000	409.251,422	604.788,469
	2013	3.914.600,000	0,000	561.030,848	778.066,486
LN Honorários de Auditoria	2010	15,931	11,257	13,666	0,976
	2011	17,967	10,268	13,809	1,206
	2012	16,190	9,602	13,679	1,235
	2013	15,822	12,240	13,843	0,974
LN Honorários de Não-Auditoria	2010	14,513	0,000	8,868	5,845
	2011	17,967	0,000	9,625	5,367
	2012	14,921	0,000	9,926	5,221
	2013	15,180	0,000	10,053	5,396
Honorários de Auditoria/Ativo Total	2010	2.081,116	13,683	342,007	434,683
	2011	38.144,552	8,637	958,296	4.975,745
	2012	1.139,670	1,571	263,874	233,411
	2013	1.348,527	20,482	319,918	289,912
Honorários de Não-Auditoria/Ativo Total	2010	1.081,024	0,000	83,918	173,236
	2011	38.144,552	0,000	749,277	5.002,403
	2012	825,012	0,000	100,835	172,632
	2013	1.414,763	0,000	143,686	245,195

Fonte: Dados da pesquisa

Foram utilizadas três formas de avaliação para os honorários de auditoria e de não-auditoria, buscando analisar de forma geral e normalizada. Conforme os dados apresentados na Tabela 1, o valor gasto com honorários de auditoria e não-auditoria se torna homogêneo quando avaliados pelo logaritmo natural. Já quando analisados pelo gasto total e relacionado com o ativo total, os dados se tornam heterogêneos, ou seja, existe uma discrepância entre as empresas pertencentes a amostra. Além disso, verifica-se que ocorreu de empresas não contratarem serviços de não-auditoria em todos os anos analisados. Os resultados da estatística descritiva para as variáveis explicativas são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis explicativas

Questão	Ano	Máximo	Mínimo	Média	Desvio-padrão
Conselho de Administração	2010	15	4	8,549	2,484
	2011	15	4	8,552	2,528
	2012	13	4	8,466	2,386
	2013	14	4	8,596	2,523
Membros Independentes	2010	0,857	0,000	0,258	0,197
	2011	0,636	0,000	0,309	0,165
	2012	0,571	0,000	0,298	0,147
	2013	0,818	0,000	0,326	0,168
Dualidade do Diretor	2010	1	0	0,216	0,415
	2011	1	0	0,103	0,307
	2012	1	0	0,034	0,184
	2013	0	0	0,000	0,000
Presença de Comitê de Auditoria	2010	1	0	0,412	0,497
	2011	1	0	0,310	0,467
	2012	1	0	0,397	0,493
	2013	1	0	0,365	0,486
Tamanho do Comitê de Auditoria	2010	8	0	1,392	1,866
	2011	8	0	1,017	1,712
	2012	4	0	1,207	1,530
	2013	6	0	1,096	1,563
Reputação da empresa de auditoria independente	2010	1	1	1,000	0,000
	2011	1	1	1,000	0,000
	2012	1	0	0,983	0,131
	2013	1	0	0,981	0,139

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se, por meio da Tabela 2, uma similaridade entre as organizações pertencentes a amostra da pesquisa, como o tamanho e a independência do conselho de administração. Para o mecanismo de dualidade do diretor, averigua-se que, em sua maioria, os cargos de presidente do conselho de administração e presidente da companhia (CEO) são exercidos por diferentes pessoas.

As empresas pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), em sua maioria, não adotam como prática de Governança Corporativa a implantação de comitê auditoria. Isto é um problema, uma vez que o comitê auditoria é um importante mecanismo de governança na relação da empresa com seu investidor, pela credibilidade quanto a transparência da companhia (ZAMAN; HUDAIB; HANIFFA, 2011).

Como aspecto positivo, verifica-se que a maioria das empresas pesquisadas são auditadas por empresas *Big Four*, assim sofrem maior monitoramento quanto as práticas contábeis. Os resultados da estatística descritiva para as variáveis de controle são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis de controle

Questão	Ano	Máximo	Mínimo	Média	Desvio-padrão
Tamanho	2010	11,878	5,536	8,410	1,326
	2011	11,982	5,779	8,459	1,227
	2012	12,045	5,799	8,599	1,226
	2013	10,730	5,824	8,453	1,163
Rentabilidade	2010	27,990	-8,180	8,378	5,819
	2011	26,870	-7,010	7,802	6,265
	2012	21,210	-5,310	6,805	5,361
	2013	17,120	-70,860	4,694	11,752
Endividamento	2010	0,927	0,013	0,525	0,168
	2011	0,870	0,181	0,538	0,154
	2012	0,887	0,140	0,543	0,175
	2013	0,868	0,146	0,548	0,184

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo a Tabela 3, verifica-se ainda uma proximidade das empresas quanto ao seu tamanho em todos os anos analisados. Para a variável rentabilidade os resultados revelaram que as empresas evidenciaram significativos prejuízos, ao passo que outras evidenciaram significativos lucros. Para o endividamento, é perceptível que existem companhias com baixo endividamento (próximo à zero) bem como, empresas com alto grau de endividamento, mas nenhum maior que um. Além disso, as empresas apresentaram homogeneidade. Os resultados da regressão de dados em painel para os honorários de auditoria são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Regressão de dados em painel para os honorários de auditoria

Variáveis	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios		POLS	
	Honorários de Auditoria		LN Honorários de Auditoria		Honorários de Auditoria/Ativo Total	
Conselho de Administração	-142.495,600	0,543	-0,009	0,744	-32,693	0,562
Membros Independentes	-313.317,400	0,883	-0,122	0,659	-681,292	0,284
Dualidade do Diretor	-354.575,200	0,712	-0,014	0,915	-7,594	0,985
Presença de Comitê de Auditoria	2.354.635,000	0,200	0,397	0,093	-235,711	0,704
Tamanho do Comitê de Auditoria	-338.704,900	0,432	-0,123	0,046	34,184	0,853
Reputação da Empresa de Auditoria Independente	8.494.947,000	0,000	1,049	0,000	571,505	0,278
Tamanho	629.111,300	0,499	0,430	0,000	-232,936	0,030
Rentabilidade	-16.327,280	0,710	0,001	0,913	-7,302	0,623
Endividamento	3.174.168,000	0,351	0,701	0,048	855,031	0,185
R²	0,449		0,209		0,032	
R² Ajustado	0,242		0,188		0,007	
Teste F/ Wald	F = 3,38		W = 90,21		F = 13,06	
	Sig. F = 0,000		Sig. F = 0,000		Sig. F = 0,000	
LM de Breusch-Pagan	X² = 5,83		X² = 230,54		X² = 0,01	
	Sig. X² = 0,008		Sig. X² = 0,000		Sig. X² = 0,460	
F de Chow	F = 1,82		F = 9,16		F = 1,27	
	Sig. F = 0,000		Sig. F = 0,000		Sig. F = 0,076	
Teste de Hausman	X² = 27,14		X² = 5,78		X² = 25,56	
	Sig. X² = 0,001		Sig. X² = 0,762		Sig. X² = 0,002	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 4, os resultados dos testes estatísticos de *F* de *Chow*, *LM* de *Breusch-Pagan* e *Hausman* demonstraram que, para honorários de auditoria deve ser utilizado o modelo de efeitos fixos. Para o logaritmo natural dos honorários de auditoria, o modelo de

efeitos aleatórios. Por fim, para a relação dos honorários de auditoria com o ativo total, o modelo *POLS*.

Conforme a Tabela 4, dentre os mecanismos de Governança Corporativa, apenas o tamanho do comitê de auditoria e a reputação da empresa de auditoria independente influenciam nos honorários de auditoria. Zaman, Hudaib e Haniffa (2011) relatam que as empresas com problemas de controle interno são menos propensas a contratar uma empresa de auditoria *Big Four*, pois podem estar restritas financeiramente. Assim, a relação positiva com os honorários de auditoria e o logaritmo natural dos honorários de auditoria vai ao encontro dos estudos anteriores de Boo e Sharma (2008), Zaman, Hudaib e Haniffa (2011) e Bortolon, Neto e Santos (2013).

A relação significativa e negativa do tamanho do comitê de auditoria com o logaritmo natural dos honorários de auditoria corrobora com o estudo de Zaman, Hudaib e Haniffa (2011). Conforme os autores, as empresas com um grande comitê de auditoria são mais prováveis de terem um melhor controle interno da empresa, assim podem exigir uma melhor qualidade de auditoria interna, diminuindo os custos com auditoria externa. Os resultados da regressão de dados em painel para os honorários de não-auditoria são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Regressão de dados em painel para os honorários de não-auditoria

Variáveis	POLS		Efeitos Aleatórios		POLS	
	Honorários de Não-Auditoria		LN Honorários de Não-Auditoria		Honorários de Não-Auditoria/Ativo Total	
Conselho de Administração	-39.684,910	0,676	0,226	0,279	-34,877	0,539
Membros Independentes	-	0,465	3,512	0,103	-524,710	0,411
Dualidade do Diretor	-	0,713	-0,774	0,494	-178,999	0,665
Presença de Comitê de Auditoria	-	0,896	0,064	0,973	-170,570	0,785
Tamanho do Comitê de Auditoria	4.384,113	0,989	0,500	0,334	25,548	0,890
Reputação da empresa de auditoria independente.	677.513,600	0,444	3,810	0,030	409,373	0,439
Tamanho	-30.492,600	0,865	0,877	0,049	-80,519	0,454
Rentabilidade	-19.436,340	0,437	-0,026	0,582	-10,300	0,491
Endividamento	1.136.900,000	0,295	-0,878	0,727	604,500	0,351
R²	0,009		0,073		0,012	
R² Ajustado	-0,017		0,048		-0,015	
Teste F/ Wald	F = 2,06		W = 26,85		F = 0,44	
	Sig. F = 0,033		Sig. F = 0,002		Sig. F = 0,911	
LM de Breusch-Pagan	X² = 0,01		X² = 97,06		X² = 0,00	
	Sig. X² = 0,471		Sig. X² = 0,000		Sig. X² = 0,493	
F de Chow	F = 1,29		F = 4,15		F = 1,28	
	Sig. F = 0,064		Sig. F = 0,000		Sig. F = 0,075	
Teste de Hausman	X² = 27,92		X² = 7,45		X² = 27,46	
	Sig. X² = 0,001		Sig. X² = 0,590		Sig. X² = 0,001	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 5, nos três modelos o coeficiente de determinação foi extremamente baixo. Os mecanismos de Governança Corporativa não possuem poder para explicar os gastos com honorários de não-auditoria. Assim, neste estudo

não foi possível examinar se os mecanismos de Governança Corporativa influenciam nos gastos com honorários de não-auditoria, necessitando de mais estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a influência dos mecanismos de Governança Corporativa nos gastos com honorários de auditoria e não auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa. De um total de 185 empresas pertencentes ao índice, 88 organizações foram analisadas em um período anual de 2010 a 2013, compreendendo um total de 352 observações. Para a análise dos resultados foram utilizados diferentes testes estatísticos, como segue: (i) estatística descritiva; (ii) os testes de *Chow*, *LM* de *Breusch-Pagan* e *Hausman*; e (iii) regressão por meio de dados em painel.

De modo geral, os mecanismos de Governança Corporativa não apresentam influências significativas sobre os honorários de auditoria e não auditoria das empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa. Por outro lado, o tamanho do comitê de auditoria e a reputação da empresa de auditoria independente apresentaram uma influência significativa com os honorários de auditoria. Já para os honorários de não auditoria necessita-se de mais estudos, pois o coeficiente de determinação foi extremamente baixo, assim o modelo não possui poder para explicar a relação entre as variáveis.

Frente a este resultado, Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) sustentam os resultados da presente pesquisa, visto que abordam que diversos trabalhos buscam explicar os honorários de auditoria por meio da utilização de variáveis (mecanismos) de governança. No entanto, os estudos não estão chegando a uma conclusão única. Nesse sentido, a partir da análise empírica dos dados não foram comprovadas relações entre a maioria das variáveis de governança corporativa e os honorários de auditoria e não auditoria.

Este fato pode ser explicado conforme os argumentos de Griffin, Lont e Sun (2008), pois salientam que esta relação entre a governança e os honorários de auditoria pode ser afetada por duas forças que apresentam efeitos contrários e que não foram analisadas na presente pesquisa. A primeira diz respeito ao efeito demanda, explicada pela maior complexidade e escopo dos trabalhos, que apresenta relação positiva. E a segunda é o efeito risco, que apresenta uma relação negativa entre governança corporativa e honorários de auditoria e não auditoria, visto que empresas que possuem melhor governança apresentam em sua estrutura melhores mecanismos de monitoramento, o que de certa forma impactará na redução dos honorários de auditoria.

Os resultados apontam que o tamanho do comitê de auditoria, implica em um menor gasto com os honorários de auditoria quando avaliado pelo logaritmo natural. A relação negativa infere que as empresas com um alto comitê de auditoria melhora a qualidade de auditoria interna da empresa e a confiabilidade das informações, além de serem propensos a descobrirem potenciais problemas dentro da empresa. Dessa forma, um dos mecanismos de governança, que é o comitê de auditoria pode influenciar nos gastos com honorários de auditoria, visto que este mecanismo busca maximizar a qualidade e confiabilidade das informações das empresas.

Por fim, em relação à reputação da empresa de auditoria independente, os achados demonstraram uma influência positiva para os honorários de auditoria, tanto para o gasto total como para o logaritmo natural. As empresas *Big Four* normalmente cobram altos valores

pelos serviços prestados, por serem consideradas as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo.

Este estudo, apesar de suas contribuições no que tange à verificação se os mecanismos de Governança Corporativa apresentam influência nos honorários de auditoria e não auditoria das empresas brasileiras de capital aberto possui limitações. Observa-se que foi utilizado apenas um índice da BM&FBovespa, que impossibilita a generalização dos resultados para todas as empresas listadas na BM&FBovespa, necessitando assim a reaplicação deste estudo em um outro índice para fins de comparação dos resultados. Outra limitação encontra-se nos mecanismos de Governança Corporativa utilizados, assim recomenda-se a utilização de outras variáveis que não foram abordadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

- BEASLEY, M. S.; CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; NEAL, T. L. The Audit Committee Oversight Process. **Contemporary Accounting Research**, v. 26, n. 1, p. 65-122, 2009.
- BOO, E'. F.; SHARMA, D. The Association Between Corporate Governance and Audit Fees of Bank Holding Companies. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v. 8, n. 1, p. 28-45, 2008.
- BORTOLON, P. M.; SARLO NETO, A.; SANTOS, T. B. Custos de Auditoria e Governança Corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 24, n. 61, p. 27-36, 2013.
- BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. **Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGCX**. Disponível em: <<http://www.bovespa.org.br>>. Acesso em: 25 Mai. 2015.
- CALDERON, T. G.; WANG, L.; KLENOTIC, T. Past Control Risk and Current Audit Fees. **Managerial Auditing Journal**, v. 27, n. 7, p. 693-708, 2012.
- CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; NEAL, T. L.; RILEY JR., R. A. Board Characteristics and Audit Fees. **Contemporary Accounting Research**, v. 19, n. 3, p. 365-385, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRIFFIN, P. A.; LONT, D. H.; SUN, Y. Corporate Governance and Audit Fees: Evidence of Countervailing Relations. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 4, n. 1, p. 18-49, 2008.
- HALLAK, R. T. P.; SILVA, A. L. C. Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 60, p. 223-231, 2012.
- HO, S.; HUTCHINSON, M. Internal audit department characteristics/activities and audit fees: some evidence from Hong Kong firms. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 19, n. 2, p. 121-136, 2010.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

- JARAMILLO, M. J.; BENAOU, M. A. G.; GRIMA, A. Z. Factores que Determinan los Honorarios de Auditoría: Análisis empírico para México. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 17, n. 59, p. 387-406, 2012.
- JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.
- KIM, D.; KIM, J. Effects of Corporate Social Responsibility and Corporate Governance on Determining Audit Fees. **International Journal of Multimedia and Ubiquitous Engineering**, v. 8, n. 2, p. 189-196, 2013.
- LARCKER, D. F.; RICHARDSON, S. A. Fees Paid to Audit Firms, Accrual Choices, and Corporate Governance. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 3, p. 625-628, 2004.
- LUCA, M. M. M. de; MARTINS, L. C.; MAIA, A. B. G. R.; COELHO, A. C. D. Os Mecanismos de Auditoria Evidenciados pelas Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e no Novo Mercado da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, p.101-130, 2010.
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, G. de A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ROSA, C. A. D.; GUZZO, E. J.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Custos dos Serviços de Não-Auditoria (SNA) das Maiores Empresas brasileiras. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 38, p. 23-36, 2014.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A Survey of Corporate Governance. **Journal of Finance**, v.52, n. 2, p. 737-783, 1997.
- SILVEIRA, A. M.; BARROS, L. A.; FAMÁ, R. Estrutura de Governança e Desempenho Financeiro nas Companhias Abertas brasileiras: Um Estudo Empírico. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 10, n. 1, p. 57-71, 2003.
- TURLEY, S.; ZAMAN, M. The Corporate Governance Effects of Audit Committees. **Journal of Management and Governance**, v. 8, n. 3, p. 305-332, 2004.
- VILLIERS, C. de; HAY, D.; ZHANG, Z. Audit Fee Stickness. **Managerial Auditing Journal**, v. 29, n. 1, p. 2-26, 2013.
- ZAMAN, M.; HUDAIB, M.; HANIFFA, R. Corporate Governance Quality, Audit Fees and Non-Audit Services Fees. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 38, n. 1-2, p. 165-197, 2011.